

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

CDRJ regulariza dívidas federais

A partir de um acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) obteve, na semana passada, a Certidão Negativa de Débitos após 15 anos em situação irregular.

PORTO & MAR

Audiência pública questiona projeto e impactos da ponte

Realizado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, evento reuniu setor portuário e lotou Teatro Guarani

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

De um lado, a Ecovias, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), defende o projeto da ponte entre as duas margens do Porto de Santos. Do outro, representantes de entidades portuárias e da comunidade apontam os impactos do empreendimento e questionam aspectos de seu projeto. Em meio a muitas perguntas, a ligação seca foi tema de debates durante audiência pública, realizada ontem, em Santos.

O evento foi coordenado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). A audiência é necessária já que o projeto da ponte é analisado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente para a obtenção da licença ambiental do empreendimento. A expectativa é que o documento, se aprovado, seja expedido em fevereiro.

De acordo com o projeto, a ponte terá cerca de 7,5 quilômetros de extensão, com início na entrada de Santos, no km 64 da Via Anchieta, e

término próximo ao acesso à Ilha Barnabé, na Área Continental de Santos, a cerca de 500 metros da praça de pedágio de Guarujá, no km 250 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

Seu vão principal terá altura de 85 metros e 325 metros de largura entre os pilares. Este foi um dos temas questionados durante a audiência. O temor é de que a ligação inviabilize a expansão portuária.

“Com a ponte naquele local, algum impacto haverá. Temos que evitar que daqui há quatro anos, quando ela estiver concluída, se chegue à conclusão de que ela afetou a navegação”, destacou o representante do Centro Nacional de Navegação Transatlântica, Wagner de Souza Moreira.

A mesma questão foi levantada pelo advogado Marcelo Sammarco, que representou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no evento. “Nossa preocupação é se a ponte pode afetar a expansão do Porto. Esse vão livre pode reduzir ou limitar cruzamentos de navios”. Ele também apontou possíveis impactos na capacidade de evolução e defendeu uma discussão ampla e profunda sobre a obra.

Para o presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, a preocupação também gira em torno de empreendimentos em fase de licenciamento



Durante mais de 5 horas, representantes da comunidade portuária questionaram detalhes do projeto da ponte



Ligação seca proposta pela concessionária Ecovias liga a Via Anchieta à Rodovia Cônego Domênico Rangoni

to ambiental e que podem ser afetados pela ponte. “Reafirmamos a posição de que precisamos descentralizar e valorizar diálogo com instituições locais”.

Representando a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Buggenhout apontou os riscos de operação de derivados de petróleo na região

próxima à ponte. A questão também foi levantada por outras pessoas, que destacaram a possibilidades de acidentes no local.

Buggenhout também destacou que grandes portos do mundo têm pontes, mas optaram por construí-las após o trecho de tráfego marítimo. E também apontou outros complexos portuários

que escolheram túneis para a solução de gargalos. “É inquestionável que um desvio de trânsito irá trazer transporte de cargas para o acesso da cidade, cuja melhoria está sob execução nesse momento, trazendo impacto social e ao trânsito”, afirmou.

Por outro lado, o advogado José Francisco Paccillo

acredita na ponte como a melhor alternativa para a ligação seca. Ele foi acompanhado pelo coordenador de Sistema Rodoviário da Ecovias, Marcio Vono, que, no evento, se identificou apenas como membro da sociedade civil.

ECOVIAS

Entre os participantes da audiência pública, muitos questionaram o fato de que a Ecovias é responsável pelo projeto, assim como a contrapartida de extensão de contrato da concessionária.

“A Ecovias trouxe esse traçado porque ele conecta as rodovias Anchieta e Cônego Domênico Rangoni e também serve como uma alternativa de mobilidade”, destacou o diretor da concessionária, Rui Klein.

O executivo também respondeu a questionamentos sobre o empreendimento e diz que a empresa não “morre de amores” pela ponte. “A gente acredita muito em mais de um traçado, mas o que cabe à Ecovias é esse, que foi ofertado em 2010 e hoje o Estado elegeu como o traçado viável. O túnel que foi falado aqui é o proposto para a mobilidade urbana, saindo lá em Vicente de Carvalho e não deve atrair caminhões, não é um propósito deles”.

AUTORIDADE PORTUÁRIA

“Os questionamentos e contribuições da audiência pública traduziram as questões já levantadas por esta Autoridade Portuária de Santos, especialmente a preocupação com a expansão do Porto de Santos e com a mobilidade urbana entre Santos e Guarujá”, destacou a Codesp, em nota, afirmando que segue aberta para discutir soluções para a ligação seca em conjunto com o Estado.